

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Montes Claros, 11 de abril de 2019 – A Companhia de Tecidos Norte de Minas- COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia possui investimentos em duas controladas e duas coligadas como principais investimentos e ativos, a saber:

Controladas:

Springs Global Participações S.A. (“Springs Global”), que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a Springs Global iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, em 2011, sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda. Em 2018, foi celebrado acordo da Springs Global com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte. A transação foi concluída em 15 de março de 2019, quando a controlada indireta SGUS passou a deter 17,5% do capital da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, e deixa de comercializar diretamente seus produtos.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Coligadas:

Cantagalo General Grains S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais, exerce ainda, através de sua controlada CGG Trading S.A., atividade de trading de commodities agrícola e possui investimentos logísticos (terminais portuários) para a exportação de grãos.

Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, que possui sede em Belo Horizonte - MG, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho.

Exercício de 2018

O ano de 2018 foi marcado por desafios macroeconômicos no Brasil e na Argentina, além do ambiente de incerteza política, em nosso País, devido às eleições presidenciais.

Não obstante estas adversidades, concluímos o exercício com importantes acontecimentos que impactam o Patrimônio Líquido da Companhia em 37% e o seu caixa, ao longo dos próximos trimestres, em R\$ 684 milhões. Estes eventos nos posicionam num novo patamar de competitividade e fortalecem nossa estrutura financeira.

Ao final de 2018, celebramos acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de nossas operações da América do Norte. A operação foi concluída em meados de março de 2019, quando recebemos US\$ 90 milhões em dinheiro e US\$ 36 milhões em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social.

A empresa combinada possui portfólio de produtos e marcas líderes nos mercados de cortinas, *utility bedding*, e *decorative bedding*, além de carteira diversificada de clientes, incluindo as principais empresas do varejo tradicional e digital do mercado norte-americano.

Esta combinação de negócios proporcionará o fortalecimento da participação da Springs Global no mercado norte-americano, através de uma posição acionária significativa numa empresa com amplo portfólio de produtos, competitividade, potencial de crescimento, e maior rentabilidade, devido às sinergias. Ao mesmo tempo, permitirá uma maior dedicação da administração da Springs Global aos seus negócios na América do Sul, com uma estrutura financeira mais robusta.

Devido ao êxito em ação judicial, reconhecemos, no quarto trimestre de 2018, receita de R\$ 335,4 milhões, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS das empresas Coteminas S.A., Companhia Tecidos Santanense, e Companhia Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

Com o caixa recebido em março pelo acordo com a Keeco mais a compensação do PIS e do COFINS, ao longo dos próximos trimestres, reduziremos nossa dívida líquida em R\$ 684 milhões.

Desempenho financeiro¹

A controlada Springs Global celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões, e seu fechamento ocorreu em 15 de março de 2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Companhia passou a reportar os resultados operacionais referentes às operações vendidas para a Keeco como “Operações descontinuadas”. Para efeito de comparação, apresentamos os dados de 2017 reclassificados, excluindo as operações descontinuadas.

A Companhia apresentou, no ano de 2018, receita líquida consolidada de R\$ 1.778,9 milhões, 0,8% inferior à de 2017², com margem bruta de 29,6%.

¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste Relatório de Administração, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

O resultado operacional somou R\$ 462,1 milhões, com efeito positivo de recuperação de impostos, devido a ações judiciais referentes à exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS. O lucro líquido totalizou R\$ 231,6 milhões.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 602,0 milhões, dos quais R\$ 535,3 milhões referentes a operações continuadas e R\$ 66,7 milhões referentes a operações descontinuadas.

Reconciliação EBITDA		
Em R\$ milhões	2018	2017 ¹
Operações continuadas		
Lucro (Prejuízo) líquido	231,6	69,0
(-) Resultado operações descontinuadas	(53,7)	(62,9)
(+) Imposto de renda e contribuição social	53,7	(13,3)
(+) Resultado financeiro	230,5	208,9
(-) Equivalência Patrimonial	(14,8)	(25,1)
(+) Depreciação e amortização	90,7	85,3
(-) Depreciação operação descontinuada	(2,7)	(2,2)
EBITDA operações continuadas (i)	535,3	259,8
Operações descontinuadas		
Resultado operacional operação descontinuada	63,9	69,6
(+) Depreciação operação descontinuada	2,7	2,2
EBITDA operações descontinuadas (ii)	66,7	71,8
EBITDA (i) + (ii)	602,0	331,6

¹ Reclassificado, excluindo operações descontinuadas, para efeito de comparação

Relacionamento com auditores independentes

Em 2018, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de Capitais

O preço de fechamento das ações ordinárias e preferencias da Companhia, negociada na B3 sob os códigos CTNM3 e CTNM4, respectivamente, foram iguais a R\$ 8,08 e R\$ 7,28, com valorização de 34,6% e de 16,7% em relação ao preço de fechamento do ano de 2017, enquanto os índices IBOVSPA e *SmallCap* tiveram valorização de 15,0% e 8,1%, respectivamente, no mesmo período.

² Reclassificado, excluindo operações descontinuadas, para efeito de comparação.

Estrutura acionária

No início e no final de 2018, o capital social da Companhia era constituído de 16.723.657 ações preferenciais e 13.912.800 ações ordinárias.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos à SUDENE, ao BNDES, ao BDMG, ao BNB, ao Banco do Brasil, à rede bancária comercial, à Imprensa, aos clientes e fornecedores, aos acionistas, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, aos colaboradores e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos sociais.

A Administração.

***Companhia de Tecidos
Norte de Minas - COTEMINAS***

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Montes Claros - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS** ("Companhia"), identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e as suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Componentes relevantes na rubrica de investimentos nas demonstrações contábeis individuais e no processo de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e algumas controladas significativas e relevantes neste processo são auditadas por outros auditores independentes. Vide nota explicativa nº 5.

Entendemos que no processo de avaliação desses investimentos, dada a sua relevância na composição dos saldos, transações e divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, é um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram comunicação com os auditores dos componentes significativos com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos.

Emitimos instruções de auditoria e revisamos a documentação de auditoria apropriada e suficiente que fundamentou a opinião dos outros auditores independentes dos componentes significativos, bem como discutimos os resultados alcançados.

Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores dos componentes significativos e avaliamos seus impactos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização dos investimentos e no processo de consolidação efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Créditos tributários

A Administração da Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os montantes de aproximadamente R\$ 60 milhões e R\$ 350 milhões, individual e consolidado, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº 24, relativo a créditos tributários das contribuições: Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), oriundos da exclusão da base de cálculo dessas contribuições dos valores de Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), resultado de ação judicial impetrada em 2006.

A Administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, e consultores externos independentes contábil e legal, decidiu pelo reconhecimento dos créditos tributários considerando ser praticamente certo o fluxo futuro de benefícios econômicos.

Devido à relevância dos montantes envolvidos, ao julgamento subjacente à determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, é um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Entendimento e avaliação técnica criteriosa de nossos especialistas tributário e legal, do processo judicial e da decisão do poder judiciário, inclusive sob a probabilidade de reversão da decisão em eventos futuros, respaldando os aspectos contábil e tributário necessários para a realização de tal registro;
- Análise de nossos especialistas sobre as opiniões dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas e consultores externos independentes legal e contábil contratados pela Administração da Companhia, ponderando se as fundamentações legais estavam suportadas com base em jurisprudência e tendências observadas em recentes decisões dos tribunais;
- Exame da documentação apropriada e dos cálculos preparados pela Administração da Companhia na avaliação da mensuração dos montantes envolvidos;
- Análise de nossos especialistas do fluxo futuro de benefícios econômicos que serão utilizados no pagamento de tributos ou de outras formas de recuperação futura; e
- Avaliação se a decisão da Administração da Companhia e suas controladas estão adequadamente fundamentadas e convergentes com as conclusões de seus assessores e consultores.

Adicionalmente, avaliamos que as divulgações foram efetuadas adequadamente pela Companhia nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização do ativo efetuado pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individuais e consolidadas, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2 MG 009485/F-O

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - MG

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	167	405	145.067	172.016
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	51.359	62.634
Instrumentos financeiros derivativos	25.d.3.3	-	-	4.798	-
Duplicatas a receber	5	-	-	617.203	591.176
Estoques	6	-	-	524.318	625.970
Adiantamentos a fornecedores		126	154	58.341	39.868
Impostos a recuperar	21.c	3.605	2.232	26.388	35.485
Valores a receber - venda de investimento	9	-	-	32.907	-
Outros créditos a receber		943	378	31.455	37.976
Ativos mantidos para venda	30	-	-	308.244	-
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		4.841	3.169	1.800.080	1.565.125
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	1.452	-	77.181	63.819
Valores a receber - clientes	7	-	-	28.783	37.388
Valores a receber - venda de imobilizado	8	-	-	-	54.587
Valores a receber - venda de investimento	9	51.502	-	130.221	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	96.344	-
Impostos a recuperar	21.c	74.191	13.617	404.811	48.258
Impostos diferidos	21.b	-	-	150.043	113.174
Partes relacionadas	20	107.015	179.746	49.211	119.779
Imobilizado disponível para venda	12.b	-	-	37.444	33.731
Depósitos judiciais	22	12.403	20.481	33.206	42.547
Outros créditos e valores a receber		365	2.060	27.527	18.527
		-----	-----	-----	-----
		246.928	215.904	1.034.771	531.810
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	10.a	916.376	925.040	-	-
Investimentos em coligadas	10.a	57.816	43.040	57.816	43.040
Propriedades para investimento	11	102.132	79.351	462.354	465.653
Outros investimentos		3.089	3.090	5.598	4.827
Imobilizado	12.a	6.572	6.639	815.811	814.223
Intangível	13	2	2	81.889	114.805
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.332.915	1.273.066	2.458.239	1.974.358
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.337.756	1.276.235	4.258.319	3.539.483
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	122.424	113.758	837.423	706.598
Debêntures	15	-	-	74.653	11.952
Fornecedores	16	268	124	130.244	182.994
Obrigações sociais e trabalhistas		925	788	75.536	71.770
Impostos e taxas		883	567	20.986	14.871
Imposto de renda e contribuição social		-	-	19.621	1.379
Concessões governamentais	17	-	-	21.361	19.473
Arrendamentos não recuperáveis	18	-	-	8.765	7.202
Compra de imóvel para investimento		4.780	28.547	4.780	28.547
Outras contas a pagar		9.653	9.716	64.796	52.217
Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	30	-	-	240.086	-
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		138.933	153.500	1.498.251	1.097.003
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	31.978	19.848	562.622	658.704
Debêntures	15	-	-	73.669	36.643
Concessões governamentais	17	-	-	44.087	42.784
Arrendamentos não recuperáveis	18	-	-	14.456	13.816
Partes relacionadas	20	76.048	200.801	58	2.072
Compra de imóvel para investimento		-	36.808	-	36.808
Impostos diferidos	21.b	23.060	6.359	102.952	21.537
Provisões diversas	22	13.945	14.023	31.012	39.365
Planos de aposentadoria e benefícios	23	-	-	103.968	95.536
Outras obrigações		25.670	18.958	26.065	13.219
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		170.701	296.797	958.889	960.484
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	19	882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de capital		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajustes de avaliação patrimonial		97.511	62.000	97.511	62.000
Ajustes acumulados de conversão		(92.501)	(111.688)	(92.501)	(111.688)
Prejuízos acumulados		(68.825)	(216.311)	(68.825)	(216.311)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		1.028.122	825.938	1.028.122	825.938
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
	10.b	-	-	773.057	656.058
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		1.028.122	825.938	1.801.179	1.481.996
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.337.756	1.276.235	4.258.319	3.539.483
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	1.778.913	1.793.201
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	27	-	-	(1.252.306)	(1.249.744)
LUCRO BRUTO		-	-	526.607	543.457
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	27	-	-	(297.555)	(283.952)
Gerais e administrativas	27	(11.854)	(10.563)	(139.209)	(134.613)
Honorários da administração	27	(2.304)	(1.679)	(18.013)	(15.249)
Equivalência patrimonial	10.a	82.167	26.928	14.778	25.142
Variação do valor justo de propriedades para investimento	11	(2.356)	29.041	15.953	46.884
Recuperação de impostos	24	58.896	-	350.056	-
Outras, líquidas		24.705	(5.094)	9.470	20.127
RESULTADO OPERACIONAL		149.254	38.633	462.087	201.796
Despesas financeiras - juros e encargos		(36.658)	(32.763)	(161.099)	(173.803)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(7.320)	(5.966)	(54.955)	(59.291)
Receitas financeiras		25.051	22.816	31.381	33.042
Variações cambiais, líquidas		4.971	730	(45.781)	(8.857)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		135.298	23.450	231.633	(7.113)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	21.a	-	-	(23.020)	(3.133)
Diferido	21.a	(16.699)	(6.911)	(30.696)	16.424
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		118.599	16.539	177.917	6.178
Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controlada indireta	30	28.404	33.269	-	-
Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada indireta	30	-	-	53.674	62.867
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍDO A:		147.003	49.808	231.591	69.045
Participação dos acionistas controladores					
Nas operações continuadas				118.599	16.539
Nas operações descontinuadas	30			28.404	33.269
Participação dos acionistas não-controladores	10.b			147.003	49.808
Nas operações continuadas				59.318	(10.361)
Nas operações descontinuadas				25.270	29.598
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	29			84.588	19.237
Das operações continuadas		3,8712	0,5399	231.591	69.045
Das operações descontinuadas		0,9271	1,0859		
		4,7983	1,6258		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	147.003	49.808	231.591	69.045
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	8.659	(1.451)	14.554	(2.917)
	-----	-----	-----	-----
	8.659	(1.451)	14.554	(2.917)
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	1.284	4.539	2.427	8.579
Avaliação inicial de propriedades para investimento	34.550	58.482	62.994	110.520
	-----	-----	-----	-----
	35.834	63.021	65.421	119.099
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	191.496	111.378	311.566	185.227
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores				
Operações continuadas			163.092	78.109
Operações descontinuadas			28.404	33.269
Participação dos acionistas não-controladores				
Operações continuadas			94.800	44.251
Operações descontinuadas			25.270	29.598
			-----	-----
			311.566	185.227
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital Incentivos fiscais</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total da par- ticipação dos acionistas controladores</u>	<u>Participação dos acio- nistas não- controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	882.236	209.701	2.374	(110.237)	(263.858)	720.216	593.410	1.313.626
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(3.395)	-	3.395	-	-	-
Resultado abrangente:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.808	49.808	19.237	69.045
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	172	-	172	-	172
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	(1.623)	-	(1.623)	(1.466)	(3.089)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	4.539	-	-	4.539	4.040	8.579
Avaliação inicial em propriedades para investimento	-	-	58.482	-	-	58.482	52.038	110.520
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	63.021	(1.451)	49.808	111.378	73.849	185.227
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Transações com ações de controlada indireta	-	-	-	-	(5.656)	(5.656)	(10.260)	(15.916)
Dividendos pagos em controladas	-	-	-	-	-	-	(941)	(941)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da distribuição aos acionistas	-	-	-	-	(5.656)	(5.656)	(11.201)	(16.857)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	882.236	209.701	62.000	(111.688)	(216.311)	825.938	656.058	1.481.996
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva de capital Incentivos fiscais</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajustes acumulados de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total da par- ticipação dos acionistas controladores</u>	<u>Participação dos acio- nistas não- controladores</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	882.236	209.701	62.000	(111.688)	(216.311)	825.938	656.058	1.481.996
Efeitos da correção monetária da controlada indireta na Argentina (nota 2.4)	-	-	-	10.528	-	10.528	9.367	19.895
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	882.236	209.701	62.000	(101.160)	(216.311)	836.466	665.425	1.501.891
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(323)	-	323	-	-	-
Resultado abrangente:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	147.003	147.003	84.588	231.591
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	2.033	-	2.033	-	2.033
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	6.626	-	6.626	5.895	12.521
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	1.284	-	-	1.284	1.143	2.427
Avaliação inicial em propriedades para investimento	-	-	34.550	-	-	34.550	28.444	62.994
Total do resultado abrangente	-	-	35.834	8.659	147.003	191.496	120.070	311.566
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Dividendos prescritos em controladas	-	-	-	-	160	160	123	283
Dividendos pagos em controladas	-	-	-	-	-	-	(12.561)	(12.561)
Total da distribuição aos acionistas	-	-	-	-	160	160	(12.438)	(12.278)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	882.236	209.701	97.511	(92.501)	(68.825)	1.028.122	773.057	1.801.179

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	147.003	49.808	231.591	69.045
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	68	29	90.729	85.304
Equivalência patrimonial	(82.167)	(26.928)	(14.778)	(25.142)
Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controlada	(28.404)	(33.269)	-	-
Variação do valor justo de propriedades para investimento	2.356	(29.041)	(15.953)	(46.884)
Imposto de renda e contribuição social	16.699	6.911	57.436	(11.532)
Recuperação de impostos	(58.896)	-	(350.057)	-
Resultado na alienação do ativo não circulante	(38.157)	-	(36.310)	(18.682)
Variações monetárias	-	-	7.470	720
Variações cambiais	(4.971)	(730)	45.193	8.564
Juros, encargos e comissões	17.698	14.753	173.612	183.642
Provisões diversas	14.059	-	15.193	4.127
	<u>(14.712)</u>	<u>(18.467)</u>	<u>204.126</u>	<u>249.162</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	(1.413)	-	26.524	(21.962)
Duplicatas a receber	-	-	(167.587)	(19.102)
Estoques	-	-	(62.167)	594
Adiantamentos a fornecedores	27	(6)	(114.613)	1.130
Fornecedores	145	70	102.693	29.950
Outros	(26.189)	(44.154)	(108.175)	(64.965)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(42.142)</u>	<u>(62.557)</u>	<u>(119.199)</u>	<u>174.807</u>
Juros pagos	(10.975)	(10.813)	(138.727)	(153.434)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.035)	(9.503)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	<u>(53.117)</u>	<u>(73.370)</u>	<u>(264.961)</u>	<u>11.870</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	(25.137)	(2.632)	(42.745)	(18.599)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(166)	(52.787)	(61.145)
Aquisição de intangível	-	-	(2.081)	(3.144)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	1	640	9.464	44.881
Recebimentos de dividendos	-	-	3.047	640
Empréstimos entre partes relacionadas	62.924	50.051	136.870	(26.903)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>37.788</u>	<u>47.893</u>	<u>51.768</u>	<u>(64.270)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	-	-	1
Ingresso de novos empréstimos, líquidos dos encargos antecipados	54.604	65.090	1.241.511	1.064.518
Liquidação de empréstimos	(39.513)	(39.494)	(1.046.479)	(1.019.837)
Pagamento de dividendos	-	-	(15.674)	(99)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	15.091	25.596	179.358	44.583
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes caixa de controladas no exterior	-	-	6.886	(3.587)
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(238)	119	(26.949)	(11.404)
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	405	286	172.016	183.420
No fim do exercício	167	405	145.067	172.016
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(238)	119	(26.949)	(11.404)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	2.123.176	2.172.849
Provisão para perdas com créditos de clientes	-	-	(2.380)	(6.446)
Resultado na alienação de ativo imobilizado e intangíveis	38.157	-	36.310	19.389
Recuperação de impostos	58.896	-	350.057	-
	-----	-----	-----	-----
	97.053	-	2.507.163	2.185.792
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(831.789)	(855.588)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.096)	(13.432)	(527.912)	(460.683)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	(2.356)	29.041	15.953	46.884
	-----	-----	-----	-----
	(25.452)	15.609	(1.343.748)	(1.269.387)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	71.601	15.609	1.163.415	916.405
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(68)	(29)	(87.986)	(83.102)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	71.533	15.580	1.075.429	833.303
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	82.167	26.928	14.778	25.142
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	28.404	33.269	-	-
Receitas financeiras	25.051	22.816	31.381	33.042
Variação cambial ativa	24.256	8.103	64.863	14.236
Royalties	-	-	19.318	16.373
Outros - resultados de operações descontinuadas	-	-	53.674	62.867
	-----	-----	-----	-----
	159.878	91.116	184.014	151.660
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	-----	-----	-----	-----
	231.411	106.696	1.259.443	984.963
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	4.174	3.923	391.712	403.983
Impostos, taxas e contribuições	24.291	12.829	294.153	237.143
Remuneração de capitais de terceiros	55.943	40.136	341.987	274.792
Remuneração de capitais próprios	147.003	49.808	231.591	69.045
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	231.411	106.696	1.259.443	984.963
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS ("Companhia") é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos "CTNM3" e "CTNM4".

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. ("SGPSA"), que é controladora da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. ("SI") respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. ("AMMO").

Conforme divulgado na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, em 15 de março de 2019, foi concluída operação de venda dos ativos operacionais da controlada indireta norte americana SGUS. Desta forma, conforme explicado naquela nota, a partir daquela data, a controlada indireta SGUS passa a deter 17,5% da empresa combinada Keeco Holdings, LLC e deixa de comercializar diretamente seus produtos.

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense ("CTS"), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de abril de 2019.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais do instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou

quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de

mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultados. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de

unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(n) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as

regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(t) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(y) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2018	2017
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão". As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, para as contas do balanço patrimonial e pelas taxas mensais para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Varição</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,8748	3,3080	17,1%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,6796	3,2031	14,9%

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29 - Financial Reporting in Hyperinflationary Economies) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

Os índices utilizados pela Companhia na análise de impactos sobre a controlada indireta sediada na Argentina, foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas e foram os seguintes: i) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado) e ii) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor).

O impacto nos ativos líquidos desta controlada indireta em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados conforme abaixo:

	<u>Saldos históricos</u>	<u>Correção monetária</u>	<u>Saldos corrigidos</u>
Ativos:			
Estoque	58.720	967	59.687
Imobilizado	17.806	26.801	44.607
Intangível	9.157	2.271	11.428
Outros créditos	359	28	387
	-----	-----	-----
	86.042	30.067	116.109
Passivos:			
Imposto de renda diferido	-	10.172	10.172
	-----	-----	-----
	-	10.172	10.172
Patrimônio líquido	45.162	19.895	65.057
	=====	=====	=====

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment, ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação dos ativos financeiros nas categorias previstas.

IFRIC 22 - Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos

A IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação”, com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). A Interpretação especifica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Interpretação requer que a entidade determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação a esta interpretação.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – “Leasing”, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida.

A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - "Uncertainty over Income Tax Treatments", com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - "Income Taxes", sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações compromissadas (*)	33	316	89.927	87.850
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	2.441	11.653
Depósitos no exterior	-	-	44.098	67.217
Depósitos em contas correntes	134	89	8.601	5.296
	-----	-----	-----	-----
	167	405	145.067	172.016
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2018	2017
Renda fixa no exterior	6.142	16.969
Fundo de investimento - (US\$)	44.502	45.056
Depósitos vinculados (US\$) (1)	75.729	63.819
Depósito restrito	2.167	609
	-----	-----
	128.540	126.453
Circulante	(51.359)	(62.634)
	-----	-----
Não circulante	77.181	63.819
	=====	=====

(1) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2018	2017
Cientes no mercado interno	574.945	482.334
Cientes no mercado externo	68.712	142.364
Operadoras de cartão de crédito	10.648	4.771
Partes relacionadas		
Mercado interno	2.300	2.113
Mercado externo	2.814	1.476
	-----	-----
	659.419	633.058
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(42.216)	(41.882)
	-----	-----
	617.203	591.176
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 107 dias (100 dias em 31 de dezembro de 2017). Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2018 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 5% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2018	2017
A vencer	563.599	519.955
Vencidas até 30 dias	21.950	34.628
Vencidas de 31 a 60 dias	4.344	5.490
Vencidas de 61 a 90 dias	900	4.058
Vencidas de 91 a 180 dias	1.584	2.617
Vencidas acima de 180 dias	67.042	66.310
	-----	-----
	659.419	633.058
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(41.882)	(35.865)
Adições	(3.502)	(6.898)
Baixas	-	937
Variação cambial	(233)	(56)
Operações descontinuadas (*)	3.401	-
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(42.216)	(41.882)
	=====	=====

(*) Parcela da provisão referente as duplicatas a receber classificadas na rubrica “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras).

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2018	2017
Matérias-primas e secundários	111.894	117.866
Produtos em elaboração	117.699	165.673
Produtos acabados	229.306	280.117
Peças de reposição	65.419	62.314
	-----	-----
	524.318	625.970
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	2017	(Adições) Baixas	Variação cambial	Operações descontinua- das (*)	2018
Matérias-primas e secundários	(544)	(1.902)	-	-	(2.446)
Produtos em elaboração	-	(186)	-	-	(186)
Produtos acabados	(3.837)	(1.521)	(824)	6.177	(5)
Peças de reposição	(2.614)	353	369	-	(1.892)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(6.995)	(3.256)	(455)	6.177	(4.529)
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Parcela da provisão referente aos saldos de estoques classificados como “Ativos mantidos para venda” (vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras).

	2016	(Adições) Baixas	Variação cambial	2017
Matérias-primas e secundários	(1.246)	702	-	(544)
Produtos acabados	(9.194)	5.196	161	(3.837)
Peças de reposição	(2.994)	530	(150)	(2.614)
	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	6.428	11	(6.995)
	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2018	2017
Clientes em recuperação extra judicial (a)	14.611	17.500
Clientes em recuperação judicial (b)	2.103	2.091
Parcelamento de acordo com clientes (c)	719	211
Clientes em recuperação judicial (d)	1.499	1.549
Venda de imóvel (e)	14.057	17.480
Financiamento no repasse de lojas (f)	6.362	9.671
Outros	449	143
	-----	-----
	39.800	48.645
Circulante (*)	(11.017)	(11.257)
	-----	-----
Não circulante	28.783	37.388
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) Pagamento em 60 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários - CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial - TR.

(c) Pagamento em até 36 parcelas fixas.

(d) Pagamento em 10 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(e) Pagamento em 46 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

(f) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado - IGP-M.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros - MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit” naquela data, porém nenhum pagamento foi feito à controlada indireta CSA.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos, controlada indireta CSA e Prefeitura, estabelecerem uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 27 de outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada indireta CSA assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que abrigaria o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel da primeira fábrica da controlada indireta CSA em Montes Claros. Os principais pontos do protocolo eram: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados pela controlada indireta CSA, para pagamento dos seus recebíveis, os quais seriam objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total a ser recebido) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total a ser recebido); e ii) implantação pela controlada indireta CSA da primeira etapa de adequação do complexo em até 7 meses após a assinatura do contrato, com investimentos feitos pela controlada indireta CSA no valor de aproximadamente R\$10.477 que se incorporarão aos valores a serem pagos pela Prefeitura à controlada indireta CSA.

Em 21 de dezembro de 2018 foi promulgada lei nº 5.111, ratificando o protocolo de intenções acima referido determinando que fosse liquidado o recebível da controlada indireta CSA corrigido até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$54.587, mais investimentos a serem realizados pela controlada indireta CSA para a implantação da primeira etapa de adequação do complexo no valor orçado de até R\$11.208 (registrados em outras contas a pagar no passivo circulante) e reembolso dos valores despendidos pela controlada indireta CSA com a contratação de projetos e avaliações independentes dos imóveis no valor de R\$383, da seguinte forma: (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da Prefeitura, avaliados em R\$55.276; e (ii) créditos de impostos e taxas municipais correntes e futuros, devidos pela controlada indireta CSA e demais empresas do grupo econômico no valor de R\$10.902.

Os imóveis recebidos da Prefeitura para liquidação do recebível estão registrados na rubrica “Propriedades para investimento” e foram avaliados por especialistas contratados pela controlada indireta CSA e também pela Prefeitura. Vide nota explicativa nº 11.6 às demonstrações financeiras.

Os créditos de impostos estão registrados na rubrica “Outros créditos e valores a receber” no ativo não circulante. As compensações com os créditos de impostos e taxas municipais serão iniciadas após a entrega do retrofit pela controlada indireta CSA, estimado para o segundo semestre de 2019. Os créditos são corrigidos anualmente por taxa SELIC.

9. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em setembro de 2018, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Os saldos consolidados dos valores a receber são conforme segue:

	2018
Valores brutos a receber	194.140
Ajuste a valor presente	(31.012)

Total	163.128
Circulante	(32.907)

Não circulante	130.221
	=====

Recebimento em 9 parcelas anuais com vencimento a partir de junho de 2019, atualizados pela variação da taxa P-tax do dólar norte americano acrescido de 5% de juros ao ano.

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2018	2017	2018	2017
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.325.042	52,92	57.894	701.152	608.265	30.633	(22.134)
Oxford Comércio e Participações S.A.	316.129	63,37	63.953	200.331	144.020	40.527	10.987
Tropical Agroparticipações S.A. (2)	-	100,00	-	-	158.995	(4.046)	12.437
Coteminas International Ltd.	9.188	100,00	(1.195)	9.188	8.376	(1.195)	92
Companhia Tecidos Santanense	277.613	2,07	71.788	5.747	5.437	1.484	413
Coteminas (Sucursal Argentina)	(42)	100,00	(14)	(42)	(53)	(14)	(9)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				916.376	925.040	67.389	1.786
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(249.519)	27,50	(150.396)	-	-	-	-
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	190.187	30,40	48.609	57.816	43.040	14.778	25.142
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				57.816	43.040	14.778	25.142
				-----	-----	-----	-----
Total Controladora						82.167	26.928
						=====	=====
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(249.519)	1,68	(150.396)	-	-	-	-
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas - Consolidado				57.816	43.040	14.778	25.142
				=====	=====	=====	=====

(1) O resultado do exercício não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$28.404 (R\$33.269 em 2017). Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

(2) Em 28 de junho de 2018, a Companhia vendeu 42,98% do capital social dessa controlada para a Oxford Comércio e Participações S.A. Em setembro de 2018, a Companhia e sua controlada venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A., apurando um ganho no valor de R\$30.644 (controladora) e R\$47.001 (consolidado), registrado em outras receitas operacionais líquidas (vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras).

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2018	2017	2018	2017
Springs Global Participações S.A.	1.256.884	47,08	57.894	591.801	541.242	27.261	(19.690)
Oxford Comércio e Participações S.A.	316.129	36,63	63.953	115.798	83.248	23.426	6.351
Companhia Tecidos Santanense	277.613	12,02	71.788	33.369	31.568	8.631	2.397
Springs Canada Holdings, LLC (*)	-	-	-	-	-	-	581
				-----	-----	-----	-----
				740.968	656.058	59.318	(10.361)
Total Ativos não circulantes de operações descontinuadas (**)				-----	-----	-----	-----
				32.089	-	25.270	29.598
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				773.057	656.058	84.588	19.237
				=====	=====	=====	=====

(*) Em 30 de dezembro de 2017, a Springs Canada Holdings foi incorporada pela SGUS.

(**) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	2018	2017	2018	2017
	Ativos circulantes	227.640	249.889	308.801
Ativos não circulantes	824.209	805.106	391.413	349.789
Total dos ativos	1.051.849	1.054.995	700.214	575.442
Passivos circulantes	698.506	554.576	296.984	226.952
Passivos não circulantes	759.600	783.318	194.529	185.531
Total dos passivos	1.458.106	1.337.894	491.513	412.483
Patrimônio líquido - Controladora	(249.519)	(225.308)	190.187	141.578
Receita líquida	62.546	83.699	649.693	635.038
Lucro (prejuízo) do exercício - Controladora	(150.396)	(93.889)	48.609	82.704

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de

preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Fazenda Tropical (1)	Imóveis para renda				Imóveis para valorização		Total
		Complexo comercial SGA (2)	Complexo residencial SGA (3)	Terrenos para loteamento (4)	Imóvel Vinhedo (5) (c)	Imóveis Montes Claros (6)	Terreno Montes Claros (7) (c)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	143.928	-	-	-	-	-	50.000	193.928
Adições (baixas)	13.355	-	-	-	-	-	1	13.356
Transferências - imobilizado	-	43.722	-	-	-	-	309	44.031
Avaliação inicial do valor justo (a)	-	167.454	-	-	-	-	-	167.454
Variação do valor justo (b)	17.843	-	-	-	-	-	29.041	46.884

Saldos em 31 de dezembro de 2017	175.126	211.176	-	-	-	-	79.351	465.653
Adições (baixas)	(175.126)	16.022	93	-	25.075	55.276	-	(78.660)
Transferências - imobilizado	-	2.744	-	-	-	-	-	2.744
Transferências - disponível p/venda	-	-	-	1.276	-	-	-	1.276
Avaliação inicial do valor justo (a)	-	-	44.203	36.260	-	-	-	80.463
Variação do valor justo (b)	-	18.309	-	-	-	-	(2.356)	15.953
Outros	-	-	-	-	62	-	-	62

Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	248.251	44.296	37.536	25.137	55.276	76.995	487.491
Propriedades de uso por controlada indireta (d)	-	-	-	-	(25.137)	-	-	(25.137)

Total consolidado	-	248.251	44.296	37.536	-	55.276	76.995	462.354
=====								

(a) Valores lançados como ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, deduzido de impostos.

(b) Valores lançados no resultado daquele exercício.

(c) Saldos mantidos pela controladora R\$102.132.

(d) Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

1) Fazenda Tropical: Em setembro de 2018 a Companhia vendeu sua controlada Tropical Agroparticipações S.A., proprietária da Fazenda Tropical (vide notas explicativas nº 9 e nº 10 às demonstrações financeiras).

2) Complexo comercial SGA: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante (SGA) - RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo daquele exercício a CSA preparou e desocupou a área destinada à locação e iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas.

Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 60,4 mil m² já foram arrendados e alguns outros contratos de arrendamento estão em andamento. Em 2018, os valores de receita por arrendamento foram de R\$2.848 (R\$1.947 em 2017).

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da controlada indireta CSA, em 2017, foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, para a rubrica "Propriedades para investimento". Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os exercícios de 2017 e 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

A variação do valor justo no valor de R\$18.309 foi registrada no resultado, na rubrica "Variação do valor justo de propriedades para investimento". O efeito dos impostos no valor de R\$63.159 (R\$56.934 em 2017) estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

3) Complexo residencial SGA: No exercício de 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou nova área no município de São Gonçalo do Amarante (SGA) - RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a "abordagem de mercado" (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

A diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários no valor de R\$15.029, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado.

4) Terrenos para loteamento: No exercício de 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a divisão dos loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna e Pitangui, em Minas Gerais. A controlada indireta irá ceder seus terrenos para a instalação destes loteamentos, em contrapartida à 36,5% de participação no valor total de vendas do referido projeto, líquidos de impostos e comissões de venda.

Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

A diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários no valor de R\$2.441, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado.

5) Imóvel Vinhedo: Em 11 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO Varejo. O valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

6) Imóveis Montes Claros: Imóveis recebidos da Prefeitura Municipal de Montes Claros pela controlada indireta CSA, conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras. Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	<u>2018</u>
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.623 m ²)	18.386
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²)	2.781
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m ²)	4.602
Dois terrenos loteamento Reserva Real (11.287 m ²)	3.574
Terreno no Ibituruna (11.842 m ²)	11.842
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²)	14.091

Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.276
	=====

Esses imóveis foram avaliados por especialistas contratados pela controlada indireta CSA e também pela Prefeitura de Montes Claros para determinação de seu valor justo e recebidos em pagamento de créditos vencidos mantidos junto à Prefeitura de Montes Claros. Portanto, seu valor de custo equivale ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

7) Terreno Montes Claros: A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para os exercícios de 2017 e 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

A variação do valor justo no valor de R\$2.356 (R\$29.041 em 2017), foi registrada no resultado, na rubrica “Variação do valor justo de propriedades para investimento”. O efeito dos impostos no valor de R\$6.110 (R\$6.911 em 2017) estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

12. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	2018			2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido 01.01.2018 (***)
Terrenos e benfeitorias	0,7	51.058	(17.628)	33.430	28.122	33.835
Edifícios	2,4	433.151	(189.213)	243.938	241.605	250.741
Instalações	6,4	269.061	(192.899)	76.162	76.996	80.964
Máquinas e equipamentos	7,0	1.375.440	(1.023.771)	351.669	379.603	387.060
Usinas	3,9	56.857	(28.113)	28.744	30.304	30.304
Móveis, utensílios e outros	10,9	119.013	(92.989)	26.024	25.251	25.487
Obras em andamento	-	30.707	-	30.707	32.342	32.633
		-----	-----	-----	-----	-----
		2.335.287	(1.544.613)	790.674	814.223	841.024
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		25.137	-	25.137	-	-
		-----	-----	-----	-----	-----
		2.360.424	(1.544.613)	815.811	814.223	841.024
		=====	=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 11.5 às demonstrações financeiras.

(***) Inclui correção monetária de controlada indireta na Argentina. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa operacional, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A controlada indireta AMMO Varejo Ltda., empresa responsável pelas operações de varejo com as bandeiras Artex e MMartan, em seu projeto de expansão nos anos de 2011 e 2012 adquiriu inúmeros pontos comerciais, basicamente situados em Shopping Centers, cujos valores foram registrados e classificados como intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13) e, como determinam as práticas contábeis, são avaliados, anualmente, pelo seu valor recuperável. Em 2018, nova avaliação foi realizada e a provisão correspondente ao ativo imobilizado foi revertida no valor de R\$1.271.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.452	269.931	94.850	382.772	31.272	27.761	59.262	901.300
Adições	1.192	12	258	16.158	1.019	3.303	39.209	61.151
Baixas líquidas	(2.046)	(4.794)	(176)	(4.560)	(1)	(1.100)	(14.088)	(26.765)
Transferências								
- Imobilizado	-	1.754	5.921	39.019	1	1.386	(48.081)	-
- Disponível para venda	-	8.850	176	18	-	-	-	9.044
- Propriedades para investimento	(4.203)	(22.887)	(13.230)	-	-	-	(3.711)	(44.031)
Variação cambial	(530)	(390)	(445)	(667)	-	(71)	(249)	(2.352)
Depreciação do exercício	(1.743)	(10.871)	(10.358)	(53.137)	(1.987)	(6.028)	-	(84.124)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2017	28.122	241.605	76.996	379.603	30.304	25.251	32.342	814.223
Correção monetária - Argentina (a)	5.713	9.136	3.968	7.457	-	236	291	26.801
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 1º de janeiro de 2018	33.835	250.741	80.964	387.060	30.304	25.487	32.633	841.024
Adições	185	1.056	860	10.484	450	2.238	34.882	50.155
Baixas líquidas	(92)	-	(34)	(297)	-	(273)	(344)	(1.040)
Transferências								
- Imobilizado	38	2.400	6.220	15.412	-	6.095	(30.165)	-
- Disponível para venda	-	-	-	274	-	-	(551)	(277)
- Propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	(2.744)	(2.744)
Variação cambial	(1.299)	(20)	(956)	(1.190)	-	164	(517)	(3.818)
Depreciação do exercício	(1.143)	(10.239)	(10.742)	(56.555)	(2.010)	(6.444)	-	(87.133)
Reversão (provisão) para perdas com ativos	1.906	-	(150)	(48)	-	(437)	-	1.271
Operações descontinuadas (b)	-	-	-	(3.471)	-	(806)	(2.487)	(6.764)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	33.430	243.938	76.162	351.669	28.744	26.024	30.707	790.674
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

(b) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$37.444 (R\$33.731 em 31 de dezembro de 2017) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2017	Adições	Baixas	Transferências de (para) o imobilizado	Variação cambial	2018
Custo	385.546	-	(8.164)	(4.767)	62.602	435.217
Depreciação	(324.971)	(1.300)	7.318	5.044	(53.165)	(367.074)
Provisão para perda	(26.844)	(485)	619	-	(3.989)	(30.699)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	33.731	(1.785)	(227)	277	5.448	37.444
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2016	Adições	Baixas	Transferências de (para) o imobilizado	Variação cambial	2017
Custo	448.763	440	(52.105)	(16.153)	4.601	385.546
Depreciação	(357.329)	(1.058)	31.382	6.008	(3.974)	(324.971)
Provisão para perda	(42.199)	(73)	14.947	1.101	(620)	(26.844)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	49.235	(691)	(5.776)	(9.044)	7	33.731
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

13. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	2018	2017	01.01.2018 (**)
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	-	37.748	37.748
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303	27.303
Marcas - próprias	16.348	16.339	16.339
Marcas - licença de uso (*)	9.043	9.157	11.428
Propriedade intelectual	7.378	3.139	3.139
Pontos comerciais (luvas)	21.801	21.101	21.101
Outros	16	18	18
	-----	-----	-----
Total	81.889	114.805	117.076
	=====	=====	=====

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca "Santista" na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(**) Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2018 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	01.01.2018	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Operações desconti- nuadas (a)	Provisão para perdas com ativos	2018
Ágio na aquisição de empresas							
norte americanas	37.748	-	-	5.933	(43.681)	-	-
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	-	27.303
Marcas - próprias	16.339	9	-	-	-	-	16.348
Marcas - licença de uso	11.428	-	(723)	(1.662)	-	-	9.043
Propriedade intelectual	3.139	4.867	(628)	-	-	-	7.378
Pontos comerciais (luvas)	21.102	979	-	-	-	(280)	21.801
Outros	17	(1)	-	-	-	-	16
Total	117.076	5.854	(1.351)	4.271	(43.681)	(280)	81.889

	2016	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	2017	Correção monetária (b)	01.01.2018
Ágio na aquisição de empresas							
norte americanas	36.821	-	-	927	37.748	-	37.748
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303	-	27.303
Marcas - próprias	16.334	5	-	-	16.339	-	16.339
Marcas - licença de uso	11.373	-	(734)	(1.482)	9.157	2.271	11.428
Propriedade intelectual	-	3.139	-	-	3.139	-	3.139
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(3.034)	-	-	21.102	-	21.102
Outros	20	(3)	-	-	17	-	17
Total	115.987	107	(734)	(555)	114.805	2.271	117.076

(a) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

(b) Inclui correção monetária da controlada indireta na Argentina. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas - licença de uso” e “Propriedade intelectual”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos. Em 2018, nova avaliação foi realizada e a provisão foi complementada no valor de R\$280.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				2018	2017
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (a)	R\$	127,5 a 128,7 do CDI	2021	515.382	410.348
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	157,8 do CDI	2018	-	81.945
Bradesco S.A.	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	2019	19.577	20.228
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	3,0	2019	4.918	-
Banco Votorantim S.A. (b)	R\$	120,0 do CDI	2019	81.689	81.461
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	132,0 do CDI	2018	-	101.012
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	R\$	135,0 e 137,5 do CDI e CDI + 5,0	2018	-	22.430
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e 4,0 + CDI	2021	70.344	49.311
BDMG S.A.	R\$	7,3 + CDI	2019	9.032	17.731
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,2 e 4,4 + CDI	2021	132.757	80.240
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,3 a 6,5 + CDI	2020	35.197	-
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	4.065	13.775
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$	8,7 a 9,5	2019	50.931	53.383
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 9,5	2023	3.717	6.531
Banco Safra S.A. (b)	R\$	4,4 a 4,7 + CDI	2019	68.487	-
Banco Itaú Unibanco S.A. (b)	R\$	2,8 e 3,0 + CDI	2019	46.070	-
Caixa Econômica Federal (b)	R\$	4,0 + CDI	2022	22.567	-
Banco Daycoval S.A.	R\$	4,5 + CDI	2020	30.375	-
Banco Pine S.A.	R\$	6,3 + CDI	2019	15.063	-
Outros	R\$	-	2020	7.847	64
				-----	-----
				1.118.018	938.459
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 a 68,0	2019	11.740	30.047
Banco Frances	\$ARG	34,5	2018	-	2.797
Banco Rio - Cerrito	\$ARG	43,0	2018	-	2.898
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	2019	9.712	-
Wells Fargo Bank, N.A.	US\$ e CAD\$	3,9 a 6,0	2019	-	105.869
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,5 a 6,0	2019	43.672	61.977
Banco Santander S.A. - PPE (c)	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	2020	125.004	170.956
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2019	31.393	25.155
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE (b)	US\$	7,7	2021	23.906	27.144
Banco Industrial do Brasil S.A. - ACE	US\$	7,7	2019	3.921	-
Banco Safra S.A.	US\$	6,0	2019	19.858	-
Banco Itaú Unibanco S.A.	US\$	6,8	2019	12.821	-
				-----	-----
				282.027	426.843
				-----	-----
Total				1.400.045	1.365.302
Circulante				(837.423)	(706.598)
				-----	-----
Não circulante				562.622	658.704
				=====	=====

(a) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2018, os índices foram cumpridos.

(b) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(c) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a

3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2018, os índices foram cumpridos.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2019	2020	2021	2022 e 2023	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE)	186.742	182.511	146.129	-	515.382
Bradesco S.A.	19.577	-	-	-	19.577
Banco ABC do Brasil S.A.	4.918	-	-	-	4.918
Banco Votorantim S.A.	81.689	-	-	-	81.689
Banco BBM S.A.	25.548	25.488	19.308	-	70.344
BDMG S.A.	9.032	-	-	-	9.032
Banco ABC do Brasil S.A.	35.177	51.124	46.456	-	132.757
Banco Fibra S.A. - CCE	27.530	7.667	-	-	35.197
Banco Fibra S.A. - CCE	3.255	-	-	810	4.065
Banco do Brasil S.A. - CDC	50.931	-	-	-	50.931
BNDES (Finame)	2.027	802	424	464	3.717
Banco Safra S.A.	68.487	-	-	-	68.487
Banco Itaú Unibanco S.A.	46.070	-	-	-	46.070
Caixa Econômica Federal	6.089	5.990	5.990	4.498	22.567
Banco Daycoval S.A.	14.713	15.662	-	-	30.375
Banco Pine S.A.	15.063	-	-	-	15.063
Outros	7.840	7	-	-	7.847
	604.688	289.251	218.307	5.772	1.118.018
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	11.740	-	-	-	11.740
Banco Luso Brasileiro S.A.	9.712	-	-	-	9.712
Banco do Brasil S.A.	43.672	-	-	-	43.672
Banco Santander S.A. - PPE	91.212	33.792	-	-	125.004
JP Morgan	31.393	-	-	-	31.393
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE	8.406	7.750	7.750	-	23.906
Banco Industrial do Brasil S.A. - ACE	3.921	-	-	-	3.921
Banco Safra S.A.	19.858	-	-	-	19.858
Banco Itaú Unibanco S.A.	12.821	-	-	-	12.821
	232.735	41.542	7.750	-	282.027
Total	837.423	330.793	226.057	5.772	1.400.045

Em janeiro de 2019, a controlada indireta CSA renegociou parte dos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$332.009, alterando seu vencimento para até 2023 e a taxa para 130% do CDI (128,7 % do CDI em 2018).

Os vencimentos dos empréstimos, considerando a parcela renegociada e os depósitos vinculados, são como segue:

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Empréstimos renegociados	76.742	73.180	146.690	109.331	109.439	515.382
Demais empréstimos	650.681	148.282	79.928	5.752	20	884.663
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Depósitos vinculados - Santander S.A. PPE	727.423 (41.937)	221.462 (33.792)	226.618 -	115.083 -	109.459 -	1.400.045 (75.729)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total líquido	685.486	187.670	226.618	115.083	109.459	1.324.316
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	2018			2017
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.365.302	48.595	1.413.897	1.369.120
Novas captações ou renovações	1.095.230	150.000	1.245.230	1.064.518
Juros provisionados	124.196	13.966	138.162	152.345
Amortização de principal	(996.479)	(50.000)	(1.046.479)	(1.019.837)
Pagamento de juros	(122.378)	(12.774)	(135.152)	(153.434)
Variação cambial	46.650	-	46.650	1.019
Encargos antecipados, líquidos	(797)	(1.465)	(2.262)	166
Operações descontinuadas (*)	(111.679)	-	(111.679)	-
	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.400.045	148.322	1.548.367	1.413.897
	=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras.

15. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada indireta CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. ("Subscritora"). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 25,00%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 25,00%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 25,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures.

As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a SGPSA, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos), exceto para junho de 2018, igual ou inferior a 0,8 (oito décimos) e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, os índices foram cumpridos.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis daquela controlada, referidos na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A SGPSA não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos, em 31 de dezembro de 2018, eram assim compostos.

	Debêntures da		2018	2017
	3ª série	4ª série		
Valor original	37.500	112.500	150.000	50.000
Encargos antecipados	(888)	(2.070)	(2.958)	(1.492)
Juros provisionados	122	1.158	1.280	87
	-----	-----	-----	-----
Total das debêntures	36.734	111.588	148.322	48.595
Circulante	(24.486)	(50.167)	(74.653)	(11.952)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	12.248	61.421	73.669	36.643
	=====	=====	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2018	2017
Mercado interno	113.374	80.145
Mercado externo	16.870	102.849
	-----	-----
	130.244	182.994
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 38 dias (35 dias em 31 de dezembro 2017).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
Prazo de concessão: 35 anos
Valor total da concessão: R\$333.310
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.697	640.815	1.043.609
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2018, esse valor representava R\$65.448, sendo R\$21.361 classificados no passivo circulante e R\$44.087 classificados no passivo não circulante (R\$62.257, sendo R\$19.473 classificados no passivo circulante e R\$42.784 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2018, somam R\$19.610 (R\$20.997 em 31 de dezembro de 2017) (vide nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2018 foi de R\$46.008, sendo R\$15.085 referente às operações descontinuadas e R\$30.923 referente às operações continuadas (R\$39.824 em 2017, sendo R\$12.176 referente às operações descontinuadas e R\$27.648 referente às operações continuadas). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2018 foi de R\$17.852, sendo R\$229 referente às operações descontinuadas e R\$17.623 ao saldo das operações continuadas (R\$14.557 em 2017, sendo R\$200 referente às operações descontinuadas e R\$14.357 ao saldo das operações continuadas).

As prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	Total	Operações descontinuadas	Operações continuadas
2019	38.124	14.918	23.206
2020	33.997	13.693	20.304
2021	34.249	13.752	20.497
2022	30.034	9.342	20.692
2023	27.170	6.273	20.897

A partir de 2024, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$185.553 (R\$33.350 referente às operações descontinuadas e R\$152.202 ao saldo das operações continuadas).

Para o período de 2019 a 2030, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$66.367.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo referente às operações continuadas que totaliza R\$23.221 (R\$21.018 em 31 de dezembro 2017), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$133.570 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2018 de 2017 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2018	2017
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes dos impostos (*)	163.702	56.719	289.027	57.513
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial (*)	(110.571)	(60.197)	(14.778)	(25.142)
Receitas não tributadas	-	-	(57.496)	(56.317)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(1.906)	(2.021)
Outras, líquidas	344	529	850	(691)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	53.475	(2.949)	215.697	(26.658)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	(18.182)	1.003	(73.337)	9.064
Créditos fiscais não constituídos	1.466	(7.930)	(29.023)	2.890
Créditos fiscais de controladas no exterior	-	-	45.429	-
Outros	17	16	(505)	(422)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(16.699)	(6.911)	(57.436)	11.532
	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas				
Impostos sobre o lucro - corrente	-	-	(23.020)	(3.133)
Impostos sobre o lucro - diferido	(16.699)	(6.911)	(30.696)	16.424
	-----	-----	-----	-----
	(16.699)	(6.911)	(53.716)	13.291
	=====	=====	=====	=====
Operações descontinuadas				
Impostos sobre o lucro - corrente	-	-	(3.700)	(1.759)
Impostos sobre o lucro - diferido	-	-	(20)	-
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(3.720)	(1.759)
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	2017	Reconhecidos no			2018	
		Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial		Outros
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	-	-	-	-	3.454
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	899	3.402	-	-	(2)	4.299
Diferenças temporárias (Companhia Argentina) (a)	16	-	-	-	(6)	10
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	1.301	-	-	-	(655)	646
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	17.703	(3.969)	-	-	-	13.734
Prejuízo fiscal, líquido (CSA - Brasil) (1) (p)	27.777	(24.728)	-	-	-	3.049
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	83.577	47.021	-	14.553	31	145.182
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (a)	531	-	-	-	(274)	257
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO - Brasil) (a)	2.042	-	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	5.530	(1.023)	-	-	-	4.507
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	18.287	(519)	-	-	-	17.768
Diferenças temporárias (Oxford) (a) (*)	-	5.686	-	-	-	5.686
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	-	-	-	-	(27.961)	(27.961)
	170.190	25.870	-	14.553	(28.867)	181.746
Passivo:						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(3.375)	(421)	-	-	-	(3.796)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(6.911)	801	-	-	-	(6.110)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	-	(14.017)	-	-	-	(14.017)
Venda a prazo de investimentos (Companhia) (p)	-	(6.464)	-	-	-	(6.464)
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(56.934)	(6.225)	(15.029)	-	-	(78.188)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	-	-	(10.172)	-	16	(10.156)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	-	-	(2.441)	-	-	(2.441)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	-	(27.960)	-	-	-	(27.960)
Venda a prazo de investimentos (Oxford) (p)	-	(8.346)	-	-	-	(8.346)
Diferenças temporárias (Oxford) (p)	(218)	-	-	-	129	(89)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Propriedades para investimento (Tropical) (p)	(6.066)	6.066	-	-	-	-
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	-	-	-	-	27.961	27.961
	(78.553)	(56.566)	(27.642)	-	28.106	(134.655)
Total de impostos diferidos, líquido	91.637	(30.696)	(27.642)	14.553	(761)	47.091
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	113.174	51.165	-	14.553	(28.849)	150.043
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(21.537)	(81.861)	(27.642)	-	28.088	(102.952)

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$187.566 em prejuízos fiscais (R\$160.840 em 31 de dezembro de 2017) e R\$201.906 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$174.677 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o conseqüente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais		
2019	-	-	646	646
2021	-	2.383	-	2.383
2022	-	666	-	666
a partir de 2023	13.734	7.167	-	20.901
	-----	-----	-----	-----
	13.734	10.216	646	24.596
	=====	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta possuía R\$689.919 em prejuízos fiscais (R\$639.730 em 31 de dezembro de 2017) e R\$696.197 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$645.986 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento e correção monetária referente a hiperinflação da Argentina. Vide, respectivamente, notas explicativas nº 11 e nº 2.4 às demonstrações financeiras.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Total
	Complexo comercial (nota 11.2)	Complexo residencial (nota 11.3)	
Valor justo	211.176	44.296	255.472
Total do custo residual	(43.722)	(93)	(43.815)
	-----	-----	-----
Mais valia inicial (patrimônio líquido)	167.454	44.203	211.657
Variação do valor justo (resultado)	18.309	-	18.309
	-----	-----	-----
Mais valia apurada	185.763	44.203	229.966
	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	63.159	15.029	78.188
	=====	=====	-----
Correção monetária (Argentina)			10.156

Total imposto diferido passivo - CSA			88.344
			=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada indireta SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$145.182 (R\$83.577 em 31 de dezembro de 2017). A variação do saldo durante 2018 refere-se à atualização das projeções futuras e à variação cambial. A atualização das projeções considerou os impactos resultantes da transação celebrada entre a controlada indireta SGUS e a Keeco, conforme divulgado nas notas explicativas nº 30 e 31, compreendendo (i) o resultado tributável na venda dos ativos e passivos da operação descontinuada e (ii) as projeções de resultados das operações continuadas considerando as receitas e despesas da controlada indireta SGUS após a venda dos ativos e passivos para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Ano	Controlada indireta SGUS
2019	79.116
2020	2.450
2021	4.792
2022	5.914
2023	8.100
2024 em diante	44.810

	145.182
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2019 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$472.625 em prejuízos fiscais (R\$598.367 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora e consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2019	-	9.185	9.185
2020	-	5.224	5.224
2021	-	3.359	3.359
A partir de 2022	4.507	-	4.507
	-----	-----	-----
	4.507	17.768	22.275
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	21.722	23.499
Imposto de renda e contribuição social Antecipados	3.604	2.196	23.130	27.339
PIS e COFINS a recuperar (*)	68.851	8.211	375.823	19.531
IVA/ingressos brutos - Argentina	-	-	2.174	2.195
VAT - China e México	-	-	1.294	1.103
IPI a recuperar	-	-	487	1.612
Imposto sobre o lucro líquido - ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
Outros impostos a recuperar	-	101	1.228	3.123
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	77.796 (3.605)	15.849 (2.232)	431.199 (26.388)	83.743 (35.485)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	74.191	13.617	404.811	48.258
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui montante consolidado de R\$350.056 (R\$58.896 na controladora) relacionado aos créditos de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras.

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$104.131, R\$176.023 e R\$4.165, respectivamente (R\$129.223, R\$19.190 e R\$4.627, respectivamente em 2017). Os principais processos tributários correspondem a ações referentes a aproveitamentos indevidos de créditos

de ICMS nas aquisições de energia elétrica e matérias-primas importadas no estado da Paraíba no montante de R\$68.064. Os principais processos cíveis referem-se a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor correspondente a R\$38.701, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Ações Anulatórias com pedido de Liminar visando cancelar algumas “Dações em pagamento” de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão em valor correspondente a R\$110.635 e pedido de anulação de escritura pública de compra e venda em valor correspondente a R\$22.208. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	791
INSS	2.457	2.457	3.284	5.282
PIS e COFINS	938	938	1.640	4.203
IPI bandeira estrangeira	3.728	3.728	3.728	3.728
Outras	402	398	1.613	1.689
Trabalhistas	365	441	12.365	14.600
Cíveis e outras	6.055	6.061	7.591	9.072
	-----	-----	-----	-----
	13.945	14.023	31.012	39.365
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	12.403	20.481	33.206	42.547
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social - A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal, restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS - A Companhia e sua controlada Companhia de Tecidos Santanense discutem judicialmente o indeferimento de compensações de créditos presumidos de IPI e insumos integrados ao processo produtivo.

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2017	Adições	Baixas	Saldos em 2018
Processos fiscais:				
Contribuição social	791	-	-	791
INSS	5.282	-	(1.998)	3.284
PIS e COFINS	4.203	-	(2.563)	1.640
IPI Bandeira Estrangeira	3.728	-	-	3.728
Outras	1.689	4	(80)	1.613
Trabalhistas	14.600	1.246	(3.481)	12.365
Cíveis e outras	9.072	52	(1.533)	7.591
	-----	-----	-----	-----
	39.365	1.302	(9.655)	31.012
	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuir com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	145.481	153.389
Custo do serviço	1.229	1.067
Custo dos juros	6.453	6.189
Ganho atuarial	(7.554)	(3.751)
Pagamento de benefícios	(14.067)	(12.761)
Redução	-	(652)
Variação cambial	24.185	2.000
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	155.727	145.481
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	46.118	42.962
Retorno sobre os ativos	(2.388)	6.323
Contribuições do empregador	9.390	8.869
Pagamento de benefícios	(14.067)	(12.761)
Variação cambial	7.525	725
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.578	46.118
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	109.149	99.363
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	4,15% a 4,30%	3,45% a 3,60%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,45% a 3,60%	3,75% a 4,15%
Aumento futuro de salários (a.a.)	-	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.229	1.067
Custo dos juros, líquido	3.528	3.832
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.757	4.899
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 36% em investimentos de renda variável e 64% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2018	2017
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	15.358	22.243
Renda fixa	30.640	23.532
Caixa e equivalentes de caixa	580	343
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.578	46.118
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$9.715 para os planos de benefício definido em 2019. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2019	13.843
2020	13.325
2021	12.917
2022	12.501
2023	12.027
2024 - 2028	53.260

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2018	2017
Provisão para plano de pensão	109.149	99.363
Outras provisões de benefícios a funcionários	4.734	4.990
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	113.883	104.353
	-----	-----
Circulante (a)	(9.915)	(8.817)
	-----	-----
Não circulante	103.968	95.536
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

24. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

A Companhia e suas controladas instauraram procedimento judicial em 2006 requerendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O processo ao longo dos anos tiveram vários movimentos tanto pela Companhia como pela União e, em 2014, ficou sobrestado em 2ª instância (Tribunal Regional Federal da 1ª região - TRF1) aguardando julgamento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case* RE nº 574.706/PR, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, no julgamento da ação da Companhia e de suas controladas, foi proferido acórdão pelo TRF da 1ª Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta pela Companhia e suas controladas, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere à Companhia e às suas controladas o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente desde 5 anos anteriores a propositura da ação. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019, sem nenhuma alteração.

A Companhia e suas controladas, em face ao andamento processual avançado da ação, iniciaram estudos no sentido de avaliar a necessidade de reconhecimento dos valores desses tributos pagos a maior desde 2001. Para tanto, obteve o posicionamento dos seus advogados sobre o momento processual de sua ação e possíveis desdobramentos e adicionalmente contratou consultores independentes e especializados que emitiram pareceres contábil e legal sobre o caso.

Todas as conclusões foram no sentido de que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

Com base nessas conclusões, a administração da Companhia decidiu efetuar o reconhecimento contábil dos valores referentes aos créditos em questão, calculados conforme estabelecido no acórdão proferido pelo TRF1.

Os créditos para fins de compensação estão sendo habilitados.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	167	405	145.067	172.016
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	36.438	62.634
Duplicatas a receber	-	-	617.203	591.176
Valores a receber - venda de investimento (c)	-	-	32.907	-
Outros créditos a receber	943	378	31.455	37.976
Títulos e valores mobiliários (nc)	1.452	-	77.181	63.819
Valores a receber - clientes	-	-	28.783	37.388
Valores a receber - venda de imobilizado	-	-	-	54.587
Valores a receber - venda de investimento (nc)	51.502	-	130.221	-
Partes relacionadas	107.015	179.746	49.211	119.779
Depósitos judiciais	12.403	20.481	33.206	42.547
Outros créditos e valores a receber	365	2.060	27.527	18.527
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.798	-
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	14.921	-
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	122.424	113.578	837.423	706.598
Debêntures (c)	-	-	74.653	11.952
Fornecedores	268	124	130.244	182.994
Concessões governamentais (c)	-	-	21.361	19.473
Compra de imóvel para investimento (c)	4.780	28.547	4.780	28.547
Outras contas a pagar	9.653	9.716	64.796	52.217
Empréstimos e financiamentos (nc)	31.978	19.848	562.622	658.704
Debêntures (nc)	-	-	73.669	36.643
Concessões governamentais (nc)	-	-	44.087	42.784
Partes relacionadas	76.048	200.801	58	2.072
Compra de imóvel para investimento (nc)	-	36.808	-	36.808
Outras obrigações	25.670	18.958	26.065	13.219

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de

limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, exceto pelo descrito em d.3.3 abaixo, não haviam outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

	2018			Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	
Coteminas Argentina (*)	38.426	373.794	-	(10.616)
LAT Capital	2.805	-	724	431
SGUS	183.333	-	47.314	22.656
Santanense Argentina S.A.	(81)	(788)	-	50
Coteminas International Ltd.	9.188	-	2.371	2.008
Coteminas (Sucursal Argentina)	(42)	(409)	-	25
	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	233.629	372.597	50.409	14.554
	=====	=====	=====	=====

	2017			Variação cambial sobre investimentos no exterior R\$
	R\$	\$ARG	US\$	
Coteminas Argentina (*)	45.162	254.577	-	(8.788)
LAT Capital	3.235	-	978	135
SGUS	150.045	-	45.358	5.549
Santanense Argentina S.A.	(105)	(592)	-	15
Coteminas International Ltd.	8.376	-	2.162	164
Coteminas (Sucursal Argentina)	(53)	(299)	-	8
	-----	-----	-----	-----
Total dos investimentos no exterior	206.660	253.686	48.498	(2.917)
	=====	=====	=====	=====

(*) Os investimentos na Coteminas Argentina são corrigidos monetariamente. Vide nota explicativa nº 2.4 às demonstrações financeiras.

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.441	11.653
Instrumentos financeiros derivativos	4.798	-
Duplicatas a receber	73.510	62.743
Títulos e valores mobiliários	75.729	63.819
Valores a receber - venda investimento	163.128	-
Fornecedores	(1.877)	(1.688)
Empréstimos e financiamentos	(238.894)	(260.077)
Partes relacionadas	(42.348)	1.394
	-----	-----
Total da exposição em Reais	36.487	(122.156)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	9.416	(36.927)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Baixa do Dólar	(30.901)	(2.452)	28.095	58.642
2020	Baixa do Dólar	13.714	2.127	(11.690)	(25.507)
2021	Baixa do Dólar	3.091	1.141	(2.138)	(5.417)
2022	Baixa do Dólar	4.686	2.869	(2.388)	(7.645)
2023	Baixa do Dólar	4.778	4.277	(1.420)	(7.118)
2024	Baixa do Dólar	4.588	5.555	(279)	(6.112)
2025	Baixa do Dólar	4.415	6.676	730	(5.216)
2026	Baixa do Dólar	5.045	9.322	2.104	(5.113)
		-----	-----	-----	-----
		9.416	29.515	13.014	(3.486)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo - Ativo (Passivo)	
	2018	2017	2018	2017
Contratos de Opções (1) -- Posição: Venda Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$3,8700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 2 contratos de US\$35.000 mil (cada) Vencimentos em fevereiro/19	70.000	-	5.359	-
Contratos de Opções (2) -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2700 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	35.000	-	(260)	-
Contratos de Opções (3) -- Posição: Compra Moeda: US\$ Dólar de liquidação: R\$4,2050 Contraparte: Itaú BBA Outras informações: 1 contrato de US\$35.000 mil Vencimento em fevereiro/19	35.000	-	(301)	-
Total			4.798	-

Contratos de opções--são registrados pelo seu valor justo através do resultado. O valor justo dos contratos foi obtido diretamente com a instituição financeira contraparte, que avalia esses instrumentos financeiros a partir dos dados obtidos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, como a taxa do Dólar futuro, volatilidade, taxas de juros e algoritmos próprios. (1) Se o valor do Dólar, na data de vencimento dos contratos, for menor que R\$3,8700, a Companhia receberá a diferença a menor, multiplicada pelo volume de Dólares dos respectivos contratos. A diferença para o Dólar maior do que R\$3,8700 não se constituirá em despesa. (2) Se o valor do Dólar, na data de vencimento do contrato, for maior que R\$4,2700, a Companhia pagará a diferença a maior, multiplicada pelo volume de Dólares do respectivo contrato. A diferença para o Dólar menor do que R\$4,2700 não se constituirá em receita. (3) Se o valor do Dólar, na data de vencimento do contrato, for maior que R\$4,2050, a Companhia pagará a diferença a maior, multiplicada pelo volume de Dólares do respectivo contrato. A diferença para o Dólar menor do que R\$4,2050 não se constituirá em receita. Contrato com condição suspensiva até que o valor do dólar atinja R\$4,4200 no período de vigência do contrato.

A Companhia deixou de apresentar a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, tendo em vista que foram liquidados com recebimento no valor de R\$9.450 em fevereiro de 2019.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2018, a controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$10.859 (em 2017 um ganho de R\$2.922).

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras - juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios de 2018 e 2017.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2018			2017
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	1.998	(1.036)	165.962
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	1.998	(952)	166.046
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - CCB Vencimento: junho/2021	112.500	283	(2.758)	110.025
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2021	75.000	189	(1.840)	73.349
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. - NCE Vencimento: outubro/2018	-	-	-	-
				19.111

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: IRP + 11,20% Contraparte: Banco Brasil S.A. - CCB Vencimento: junho/2018	-	-	-	-	60.114
(referência à nota explicativa nº 14)				515.382	410.348
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2019	40.000	932	-	40.932	40.880
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2019	20.000	424	-	20.424	20.350
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: abril/2019	20.000	333	-	20.333	20.231
(referência à nota explicativa nº 14)				81.689	81.461
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2018	-	-	-	-	101.012
(referência à nota explicativa nº 14)				-	101.012
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	-	-	-	-	4.180
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	-	-	-	-	3.265
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: dezembro/2018	-	-	-	-	14.985
(referência à nota explicativa nº 14)				-	22.430
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: junho/2021	39.316	29	-	39.345	49.311
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,0% Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: julho/2021	8.581	8	-	8.589	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: julho/2021	14.388	16	-	14.404	-

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. - CCB Vencimento: novembro/2021	8.000	6	-	8.006	-
(referência à nota explicativa nº 14)				70.344	49.311
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019	7.654	1.481	(103)	9.032	17.731
(referência à nota explicativa nº 14)				9.032	17.731
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCB Vencimento: outubro/2021	18.106	82	-	18.188	20.073
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	16.371	78	-	16.449	17.529
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	18.710	89	-	18.799	20.034
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	21.048	100	-	21.148	22.604
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	18.710	89	(749)	18.050	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	10.000	14	-	10.014	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: outubro/2021	10.000	47	-	10.047	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: outubro/2021	10.000	47	-	10.047	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. - CCE Vencimento: outubro/2021	10.000	15	-	10.015	-
(referência à nota explicativa nº 14)				132.757	80.240
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. - CCE Vencimento: julho/2020	9.048	50	-	9.098	-

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2019	4.400	3	-	4.403	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2019	5.357	47	-	5.404	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2019	3.208	23	-	3.231	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2020	13.000	61	-	13.061	-
(referência à nota explicativa nº 14)				35.197	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2019	5.000	71	-	5.071	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: setembro/2019	7.500	10	-	7.510	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: janeiro/2019	5.000	89	-	5.089	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: fevereiro/2019	5.000	71	-	5.071	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: maio/2019	20.000	179	-	20.179	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: junho/2019	20.000	137	-	20.137	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,6% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: maio/2019	2.083	2	-	2.085	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: Banco Safra S.A. - CCB Vencimento: agosto/2019	3.333	12	-	3.345	-
(referência à nota explicativa nº 14)				68.487	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,8% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB Vencimento: abril/2019	25.000	260	-	25.260	-

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB Vencimento: abril/2019	20.000	938	(128)	20.810	-
(referência à nota explicativa nº 14)				46.070	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4% Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: setembro/2022	22.969	99	(501)	22.567	-
(referência à nota explicativa nº 14)				22.567	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: setembro/2020	20.000	165	-	20.165	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: outubro/2020	10.191	19	-	10.210	-
(referência à nota explicativa nº 14)				30.375	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2019	15.000	63	-	15.063	-
(referência à nota explicativa nº 14)				15.063	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: maio/2019	44.093	313	(71)	44.335	62.209
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: fevereiro/2020	37.518	616	(238)	37.896	54.107
Contrato de empréstimo -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. - PPE Vencimento: novembro/2020	43.064	158	(449)	42.773	54.640
(referência à nota explicativa nº 14)				125.004	170.956
Debêntures 3ª série -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	37.500	122	(888)	36.734	48.595
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 2,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	112.500	1.158	(2.070)	111.588	-
(referência à nota explicativa nº 15)				148.322	48.595
	1.299.148	12.924	(11.783)	1.300.289	982.084
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Alta do CDI	1.142.627	80.340	96.760	113.851
2020	Alta do CDI	492.468	39.198	57.808	68.425
2021	Alta do CDI	160.481	10.224	17.850	21.206
2022	Alta do CDI	2.552	818	1.028	1.180
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.580.791	808.868	509.865	262.058
Debêntures	163.394	72.758	90.636	-
Fornecedores	130.244	130.244	-	-
Partes relacionadas	58	-	58	-
	-----	-----	-----	-----
	1.874.487	1.011.870	600.559	262.058
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	154.402	133.606	1.400.045	1.365.302
Debêntures	-	-	148.322	48.595
Caixa e equivalentes de caixa	(167)	(405)	(145.067)	(172.016)
Títulos e valores mobiliários	(1.452)	-	(128.540)	(126.453)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.798)	-
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	152.783	133.201	1.269.962	1.115.428
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.028.122	825.938	1.801.179	1.481.996
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.180.905	959.139	3.071.141	2.597.424
	=====	=====	=====	=====

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos ("Brins") utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2018 (operações continuadas)						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	1.189,4	258,6	437,4	1.885,4	-	(106,5)	1.778,9
Custo dos produtos vendidos	(886,8)	(125,7)	(336,0)	(1.348,5)	-	96,2	(1.252,3)
Lucro bruto	302,6	132,9	101,4	536,9	-	(10,3)	526,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(224,3)	(142,8)	(60,6)	(427,7)	(17,7)	(9,4)	(454,8)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	14,8	14,8
Variação do valor justo de propriedades para investimento	18,3	-	-	18,3	-	(2,4)	15,9
Recuperação de impostos	194,3	14,6	82,2	291,1	-	59,0	350,1
Outras, líquidas	(7,1)	1,2	(2,8)	(8,7)	(6,2)	24,4	9,5
Resultado operacional	283,8	5,9	120,2	409,9	(23,9)	76,1	462,1
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(230,5)	(230,5)
Resultado antes dos impostos	283,8	5,9	120,2	409,9	(23,9)	(154,4)	231,6
Depreciação e amortização	72,8	3,1	11,3	87,2	0,7	0,1	88,0
2017 (operações continuadas)							
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado		
Receita operacional líquida	1.235,5	252,8	418,5	1.906,8	-	(113,6)	1.793,2
Custo dos produtos vendidos	(913,9)	(123,2)	(326,3)	(1.363,4)	-	113,6	(1.249,8)
Lucro bruto	321,6	129,6	92,2	543,4	-	-	543,4
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(217,1)	(127,4)	(56,5)	(401,0)	(14,5)	(18,3)	(433,8)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	25,1	25,1
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	-	-	46,9	46,9
Outras, líquidas	8,7	(1,1)	0,7	8,3	15,7	(3,9)	20,1
Resultado operacional	113,2	1,1	36,4	150,7	1,2	49,8	201,7
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(208,8)	(208,8)
Resultado antes dos impostos	113,2	1,1	36,4	150,7	1,2	(159,0)	(7,1)
Depreciação e amortização	67,0	3,9	11,4	82,3	0,6	0,2	83,1

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2018	2017
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	851,7	871,4
Produtos intermediários	668,6	669,0
Varejo	258,6	252,8
	-----	-----
	1.778,9	1.793,2
	=====	=====
 Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	26,5	28,4
Produtos intermediários	38,5	42,8
	-----	-----
	65,0	71,2
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2018 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 5% das vendas líquidas.

27. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2018	2017
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.133.028)	(1.108.130)
Benefícios a empregados	(391.712)	(403.984)
INSS	(51.049)	(54.823)
Depreciação e amortização	(87.986)	(83.102)
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	3.365	12.458
Varição cambial nos estoques de controlada no exterior	(12.926)	(2.028)
Outros custos e despesas	(33.747)	(43.949)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.707.083)	(1.683.558)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(1.252.306)	(1.249.744)
Vendas	(297.555)	(283.952)
Gerais e administrativas	(139.209)	(134.613)
Honorários da administração	(18.013)	(15.249)
	-----	-----
Total das despesas por função	(1.707.083)	(1.683.558)
	=====	=====

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	2.270.410	2.301.563
Deduções das receitas	(491.497)	(508.362)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.778.913	1.793.201
	=====	=====

29. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	118.599	16.539
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	28.404	33.269
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	147.003	49.808
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	3,8712	0,5399
Das operações descontinuadas	0,9271	1,0859
Total	4,7983	1,6258
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

30. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 28 de dezembro de 2018, a controlada SGPSA anunciou fato relevante, informando que celebrou “Acordo de Compra e Contribuição de Ativos” (“Acordo”) com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações na América do Norte. Nos termos do Acordo, concluído em 15 de março de 2019 (vide nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras), a controlada indireta SGUS concordou em vender os ativos e passivos usados em suas operações para a Keeco, pelo valor de US\$126 milhões, sendo: US\$90 milhões em dinheiro, no fechamento da transação e US\$36 milhões em ações ordinárias da empresa combinada, representando uma participação de 17,5% do capital social da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC. A transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, as receitas e despesas das operações vendidas para a Keeco, anteriormente apresentadas no segmento operacional “América do Norte - Atacado”, foram apresentadas como “Operações descontinuadas” nas demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como os ativos e passivos das referidas operações foram apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 como “Ativos mantidos para venda” e “Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda”, respectivamente. As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
ATIVOS	
CIRCULANTE:	
Duplicatas a receber	91.053
Estoques	161.120
Outros créditos a receber	4.852
NÃO CIRCULANTE:	
Outros	774
Investimentos	-
Imobilizado	6.764
Intangível	43.681

Total dos ativos mantidos para venda	308.244
	=====
PASSIVOS	
CIRCULANTE:	
Empréstimos e financiamentos	111.679
Fornecedores	112.689
Obrigações sociais e trabalhistas	866
Outras contas a pagar	4.867
NÃO CIRCULANTE:	
Planos de aposentadoria e benefícios	9.985

Total dos passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	240.086
	=====
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA, LÍQUIDOS	68.158
	=====

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	905.575	784.527
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-	(783.981)	(658.229)
	-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO	-	-	121.594	126.298
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:				
De vendas	-	-	(25.841)	(22.248)
Gerais e administrativas	-	-	(35.150)	(29.697)
Equivalência patrimonial	28.404	33.269	-	-
Outras, líquidas	-	-	3.340	(4.710)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	28.404	33.269	63.943	69.643
	-----	-----	-----	-----
Despesas financeiras - juros e encargos	-	-	(6.549)	(5.017)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	28.404	33.269	57.394	64.626
Provisão para imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	-	-	(3.700)	(1.759)
Diferido	-	-	(20)	-
	-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	28.404	33.269	53.674	62.867
	=====	=====	=====	=====

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	28.404	33.269	53.674	62.867
Depreciação e amortização	-	-	2.743	2.202
Equivalência patrimonial	(28.404)	(33.269)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.720	1.759
Juros, encargos e comissões	-	-	4.995	3.539
Perda (reversão de perda) no valor recuperável dos ativos	-	-	(1.047)	771
	-----	-----	-----	-----
	-	-	64.085	71.138
Variações nas contas de ativos e passivos:				
Duplicatas a receber	-	-	(5.099)	8.271
Estoques	-	-	(19.839)	4.904
Fornecedores	-	-	15.505	(3.375)
Outros	-	-	775	(1.838)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas antes de juros e impostos	-	-	55.427	79.100
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(3.498)	(3.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(663)	(4.674)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais descontinuadas após de juros e impostos	-	-	51.266	71.001
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de investimento descontinuadas:				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(2.631)	(864)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento descontinuadas	-	-	(2.631)	(864)
	-----	-----	-----	-----
Fluxo de caixa das atividades de financiamento descontinuadas:				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	171.888	-
Liquidação de empréstimos	-	-	(178.899)	-
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento descontinuadas	-	-	(7.011)	-
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	41.624	70.137
	=====	=====	=====	=====

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de março de 2019, a controlada SGPSA anunciou fato relevante, informando a conclusão do Acordo de Compra e Contribuição de Ativos com a Keeco. A conclusão se deu nos moldes anunciados anteriormente, confirmando assim os valores acordados, a saber:

<u>Resultado contábil esperado</u>	<u>US\$ mil</u>	<u>R\$ mil (*)</u>
Valor da venda dos ativos e passivos	126.000	488.225
Pagamento ao Wells Fargo	(28.822)	(111.679)
Ativos mantidos para venda	(79.551)	(308.244)
Variação do capital circulante líquido	(2.635)	(10.210)
Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	61.961	240.086
Despesas com a transação	(7.691)	(29.801)
	-----	-----
Resultado esperado antes dos impostos	69.262	268.377
Absorção de Imposto de renda diferido (não caixa)	(16.623)	(64.410)
	-----	-----
Resultado contábil esperado com a operação	52.639	203.967
	=====	=====

(*) Os valores poderão sofrer variação na data de fechamento. Valores em reais apurados utilizando taxa de conversão de 31 de dezembro de 2018, de R\$3,8748.

* * * * *



Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2018, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 11 de abril de 2019.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de Relações com Investidores



Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2018, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 11 de abril de 2019.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de Relações com Investidores



COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
CNPJ (MF) 22.677.520/0001-76 - NIRE Nº 3130003731-2
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após terem examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia de Tecidos Norte de Minas-Coteminas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, tendo em vista o parecer sem ressalvas da BDO RCS Auditores Independentes, opinam favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, a realizar-se até o dia 15 de maio próximo.

São Paulo-SP, 11 de abril de 2019.

César Pereira Vanucci

Norton Antonio Fagundes Reis

João Martinez Fortes Júnior